gflac GRUPO DE FINANCIAMIENTO CLIMÁTICO LAC

ifsBR Índice de Finanças Sustentáveis do Brasil

Comunicado de imprensa

Os estados brasileiros mantêm uma estrutura fiscal e orçamentária que dificulta a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável.

- O índice geral mostra que nenhum estado alcançou níveis elevados de desempenho em finanças sustentáveis, **o que significa que nenhum deles tem suas finanças plenamente alinhadas com a agenda de transição justa.**
- Em 2024, os estados arrecadaram **13 vezes mais receitas provenientes de atividades intensivas em carbono** (82,5 bilhões de reais) **do que de fontes sustentáveis** (6,2 bilhões de reais). **Esse padrão revela uma dependência fiscal que reforça a crise climática.**
- No âmbito do orçamento público, os estados destinaram **1,5 vezes mais recursos a atividades intensivas em carbono** (32,6 bilhões de reais) do que a setores sustentáveis (21,1 bilhões de reais). Isso demonstra que **o orçamento ainda favorece uma economia de alto carbono.**

Com a COP30 sendo realizada pela primeira vez no Brasil, o mundo volta sua atenção para as ações do país nessa posição de liderança. Embora as políticas nacionais recebam maior

destaque, também é importante **compreender como os diferentes níveis de governo incorporaram a agenda climática**. Um dos aspectos essenciais para avançar em direção às metas já estabelecidas é garantir que **todos os fluxos financeiros — públicos e privados — estejam alinhados com uma economia de baixo carbono**, conforme estabelecido no Artigo 2.1(c) do Acordo de Paris. Neste contexto, é fundamental avaliar as finanças públicas nos diferentes níveis de governo para compreender o grau de alinhamento dos orçamentos estaduais com os objetivos climáticos e de desenvolvimento sustentável.

O **Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS) Brasil 2025** é uma ferramenta técnica desenvolvida pelo Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC) que monitora as **receitas e despesas públicas relacionadas ao financiamento climático e à sustentabilidade** e identifica os **recursos ainda vinculados a atividades intensivas em carbono**, oferecendo evidências empíricas sobre as lacunas que dificultam a transição para economias sustentáveis.

O IFSS traçou um panorama das finanças públicas dos estados brasileiros, analisando em **que medida suas receitas e despesas estão alinhadas com a ação climática** ou, ao contrário, **reforçam um modelo econômico intensivo em carbono.**

Principais resultados do IFSS Brasil 2025

Os resultados do IFSS Brasil 2025, elaborados com dados de 2024 e aplicados aos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal, revelam que **persiste a dependência de receitas vinculadas a atividades intensivas em carbono** e que **existe uma baixa priorização orçamentária para impulsionar uma transição justa.**

O panorama geral indica que os **recursos destinados à sustentabilidade continuam insuficientes** diante da atual emergência climática, representando **menos de 2%** do orçamento total dos estados, em média, e sendo **1,5 vez menores que os investimentos em atividades intensivas em carbono** (R$ 21,1 bilhões contra R$ 32,6 bilhões). Além disso, **as receitas sustentáveis também são 13 vezes menores do que as provenientes de atividades intensivas em carbono** (R$ 6,2 bilhões contra R$ 82,5 bilhões), com alguns estados, como o Rio de Janeiro, se destacando por seu alto nível de dependência de setores intensivos em carbono.

Em resumo, os resultados mostram que **a transição das finanças públicas estaduais no país é incipiente**, condicionada por padrões fiscais e produtivos que reproduzem a dependência de combustíveis fósseis e cadeias de alto impacto ambiental.

Sobre o Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional

O IFSS é uma ferramenta técnica do GFLAC adaptada do **Índice de Finanças Sustentáveis (IFS)**, iniciativa que avalia anualmente as receitas e despesas dos 20 países que mais emitem gases de efeito estufa na América Latina e no Caribe. O IFSS monitora as receitas e despesas públicas dos estados subnacionais relacionadas à ação climática e à sustentabilidade e identifica os recursos vinculados a atividades intensivas em carbono.

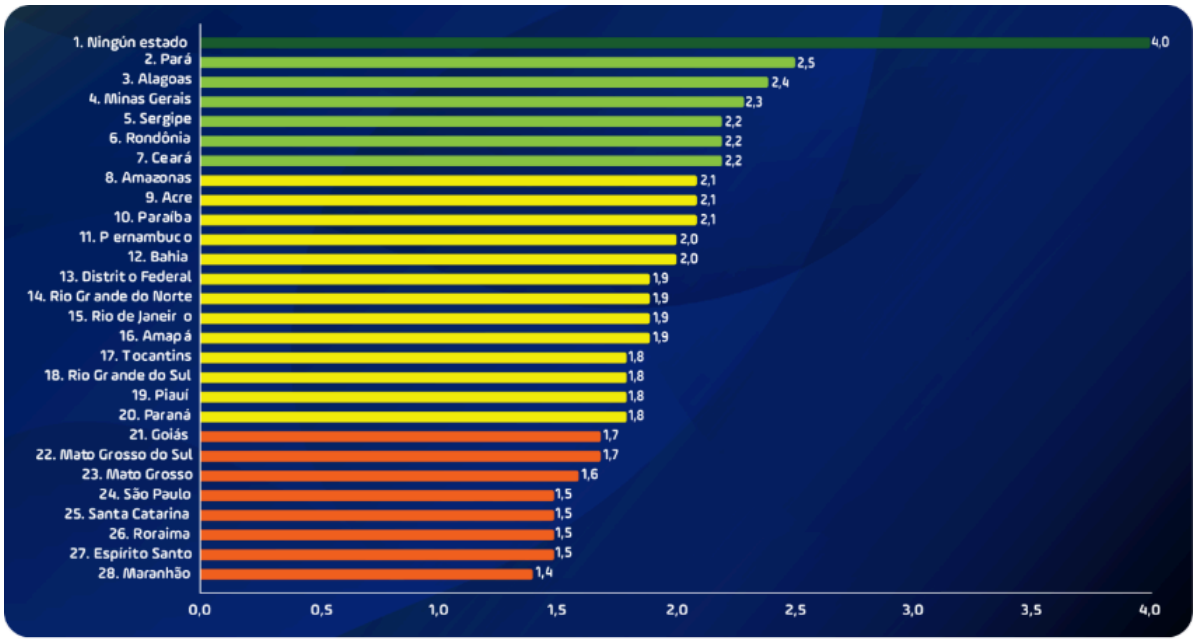
A ferramenta avalia as finanças públicas estaduais com base em quatro variáveis:

- **Receitas Sustentáveis**
- **Receitas Intensivas em Carbono**
- **Despesas Sustentáveis**
- **Despesas Intensivas em Carbono**

Cada variável recebe uma pontuação proporcional à sua participação no orçamento público. As receitas e orçamentos sustentáveis contribuem positivamente para o índice, enquanto as receitas e orçamentos intensivos em carbono têm um impacto negativo. Por fim, as pontuações são somadas para obter o resultado geral do IFSS, que permite comparar o nível de alinhamento das finanças estaduais com a transição para uma economia de baixo carbono.

A fonte dos dados é o **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)**, administrado pelo Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que padroniza, consolida e divulga informações fiscais dos estados, municípios e do Distrito Federal. Para a categorização das receitas, foi utilizada a codificação definida no Ementário da Receita Orçamentária 2025, do Tesouro Nacional, enquanto a classificação dos orçamentos se baseou nas funções e subfunções do gasto público, conforme disposto na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

Gráfico 1 - Classificação Geral de Finanças Sustentáveis Subnacionais



Fonte: elaboração própria com base em dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), correspondentes ao ano de 2024.

Em sua primeira edição, seis estados se situaram no nível de desempenho médio-alto, treze no nível médio e oito no nível médio-baixo em finanças sustentáveis. Isso significa que, embora existam destaques quando as variáveis são analisadas separadamente, nenhum estado apresentou um desempenho extremamente favorável ou desfavorável em todas elas.

Os estados do **Pará (2,5)**, **Alagoas (2,4)**, **Minas Gerais (2,3)**, **Sergipe, Rondônia e Ceará (2,2)** ficaram no nível médio-alto de desempenho em finanças sustentáveis. No caso do

Pará, o resultado se explica principalmente pela maior proporção de receitas sustentáveis. Alagoas se destacou pela elevada participação das despesas sustentáveis, enquanto Minas Gerais apresentou uma baixa proporção de orçamentos intensivos em carbono, o que favoreceu sua posição no ranking.

A maioria das unidades federativas concentrou-se no nível médio do índice. Nesse grupo, **Amazonas (2,1)** aparece relativamente melhor posicionado devido ao baixo percentual de gastos intensivos em carbono em seu orçamento. **Acre (2,1)**, por sua vez, registrou baixa participação tanto de receitas quanto de despesas vinculadas a atividades intensivas em carbono, e a **Paraíba (2,1)** também apresentou níveis reduzidos de receitas desse tipo.

Pernambuco e Bahia (2,0) vêm em seguida, com o último se destacando por uma proporção elevada de despesas sustentáveis. **Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Amapá (1,9)** também se situam no nível médio, com o Rio de Janeiro apresentando a maior porcentagem de receitas intensivas em carbono e o Amapá a menor. **Tocantins, Rio Grande do Sul, Piauí e Paraná (1,8)** completam esta parte do índice, com o Rio Grande do Sul apresentando um baixo nível de despesas intensivas em carbono e o Piauí um nível significativamente alto.

Oito estados ficaram no nível de desempenho médio-baixo. **Goiás e Mato Grosso do Sul (1,7)** seguem **Mato Grosso (1,6)**, juntamente com **São Paulo, Santa Catarina, Roraima e Espírito Santo (1,5)**. Mato Grosso apresenta a maior proporção de despesas intensivas em carbono, enquanto o Espírito Santo se destacou negativamente por sua alta dependência das receitas provenientes da indústria petrolífera, associada a uma baixa proporção de receitas sustentáveis. O **Maranhão (1,4)**, último no ranking geral, apresentou a menor porcentagem de despesas sustentáveis entre os estados, o que evidencia uma baixa priorização institucional das políticas ambientais.

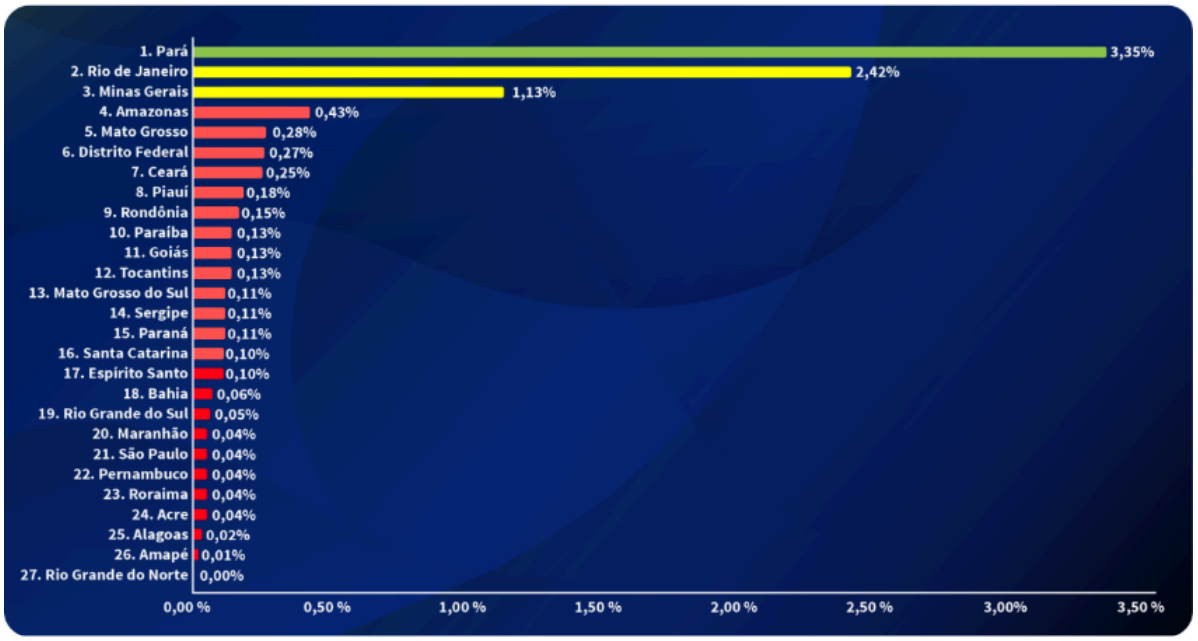
Em conjunto, os resultados gerais oferecem uma visão sobre o grau de alinhamento — ou desalinhamento — dos orçamentos públicos estaduais com a transição para uma economia de baixo carbono. No entanto, é essencial analisar cada variável em detalhes para obter uma avaliação mais precisa do desempenho dos estados em cada dimensão do índice.

Receitas Sustentáveis

A variável de receitas sustentáveis identifica as fontes de arrecadação associadas a **atividades ambientalmente sustentáveis**, bem como aquelas que buscam **desincentivar práticas poluentes e de alto impacto ambiental.** Nesta categoria foram consideradas **taxas, compensações e multas ambientais**, além de **receitas vinculadas à prestação de serviços de transporte público coletivo** e **operações de crédito destinadas a programas ambientais.**

O **Pará** registrou a maior proporção de receitas sustentáveis entre os estados, com **3,35%** do total, seguido pelo **Rio de Janeiro (2,42%) e Minas Gerais (1,13%)**. Grande parte dessas receitas provém da aplicação de **taxas de controle e fiscalização ambiental**, instrumentos destinados a reduzir a degradação ambiental e incentivar o uso responsável dos recursos naturais.

Gráfico 2 – Ranking de receitas sustentáveis (% do total)



Fonte: elaboração própria com base em dados do SICONFI, correspondentes ao ano de 2024.

Os demais estados geraram **menos de 1% de sua receita total por meio de atividades sustentáveis.** Esses resultados indicam que os estados ainda dispõem de poucos

mecanismos de arrecadação sustentáveis, o que limita sua capacidade de reduzir a dependência de setores emissores. Para avançar em direção a uma economia de baixo carbono, será essencial ampliar instrumentos como fundos climáticos estaduais, títulos verdes e impostos específicos sobre combustíveis fósseis e atividades extrativas, diversificando as fontes de receita e reduzindo a vulnerabilidade fiscal associada a atividades intensivas em carbono.

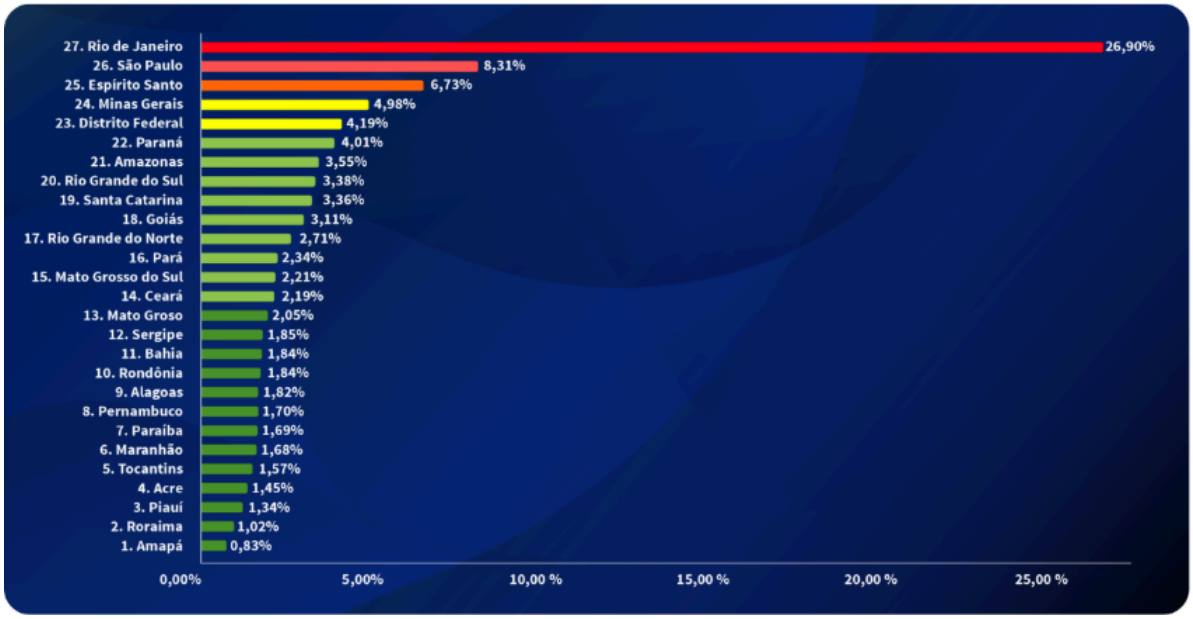
Receitas Intensivas em Carbono

A variável de receitas intensivas em carbono reúne os recursos provenientes de **atividades de exploração, extração e comercialização de combustíveis fósseis e minerais**, além de **tributos aplicados ao transporte motorizado individual e ao transporte aéreo**. Essas fontes de arrecadação dificultam a transição para uma economia de baixo carbono, na medida em que mantêm as finanças públicas dependentes de setores altamente poluentes.

O **Rio de Janeiro** se destacou nessa variável, com **26,9%** de sua receita classificada como intensiva em carbono, dos quais 24,7% estão diretamente relacionados à indústria do petróleo. Essa proporção torna o estado o mais dependente das atividades fósseis do país, o que gera preocupação sobre como diversificar suas fontes de receita diante da necessidade de reduzir progressivamente esse tipo de exploração.

Em seguida, vêm **São Paulo (8,31%)** e **Espírito Santo (6,73%)**. Em São Paulo, embora exista uma participação relevante da atividade petrolífera, a principal fonte é o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que representou 7,65% da arrecadação total do estado em 2024. Isso evidencia a forte centralidade do transporte individual, que contribui significativamente para as emissões de gases de efeito estufa no estado. Por sua vez, o Espírito Santo apresenta uma alta dependência da indústria petrolífera, que contribuiu com 5,07% da receita estadual no mesmo período.

Gráfico 3 – Ranking de receitas intensivas em carbono (% do total)



Fonte: elaboração própria com base em dados do SICONFI, correspondentes ao ano de 2024.

Esses resultados demonstram que parte dos estados ainda depende fortemente de atividades extrativas e emissoras de carbono, o que representa um desafio fiscal: diversificar suas fontes de receita para reduzir a vulnerabilidade econômica e se alinhar às metas de descarbonização.

Despesas Sustentáveis

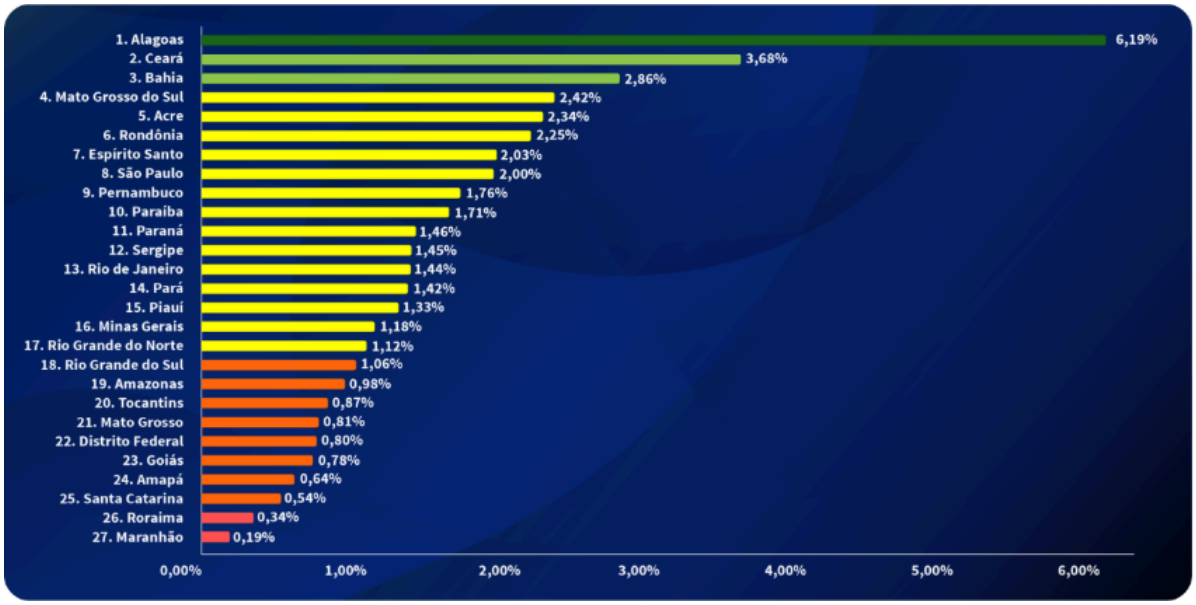
Esta variável reúne as despesas dos estados destinadas ao **controle e preservação ambiental, recuperação de áreas degradadas, saneamento básico, transporte coletivo urbano e ferroviário, eficiência energética, biocombustíveis e prevenção e resposta a desastres naturais**. Em média, os estados destinaram menos de 2% de seus orçamentos a atividades sustentáveis, o que demonstra que essas ações ainda não figuram entre as principais prioridades orçamentárias.

O estado que apresentou o melhor desempenho nessa variável foi **Alagoas**, que destinou **6,2%** de seu orçamento a atividades sustentáveis, com destaque para os investimentos em saneamento básico. Seguiram-se **Ceará (3,7%)** e **Bahia (2,9%)**, com despesas significativas em gestão de recursos hídricos e transporte coletivo urbano.

No extremo oposto, **Maranhão** e **Roraima** destinaram apenas **0,2%** e **0,3%** de seus orçamentos, respectivamente, a setores sustentáveis, o que evidencia uma baixa priorização institucional das políticas ambientais e climáticas.

Um desafio relevante identificado nessa variável está relacionado à **ausência de uma categorização padronizada dos gastos diretamente voltados para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. Essa falta de harmonização dificulta o monitoramento público e limita a capacidade de avaliar como os governos subnacionais estão incorporando a ação climática na gestão fiscal.

Gráfico 4 – Ranking de orçamentos sustentáveis (% do total)



Fonte: elaboração própria com base em dados do SICONFI, correspondentes ao ano de 2024.

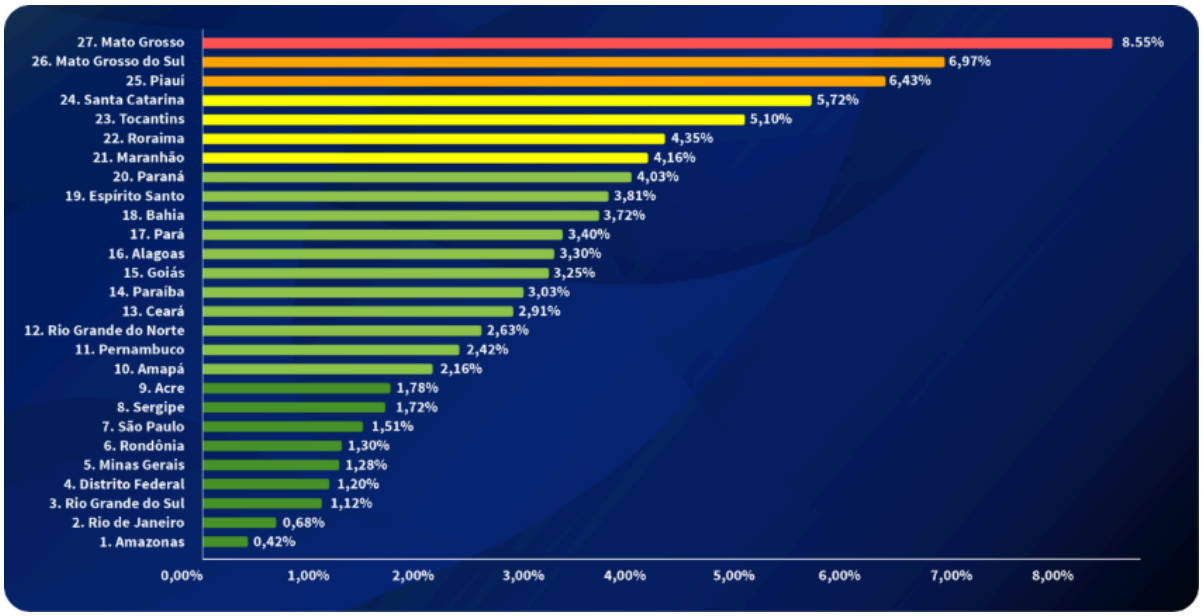
Despesas Intensivas em Carbono

A variável de despesas intensivas em carbono avalia a proporção dos gastos públicos destinados a atividades com alto impacto na geração de gases de efeito estufa, como a **exploração, extração e produção de combustíveis fósseis, mineração e infraestrutura de transporte rodoviário e aéreo**. Esses investimentos reforçam a permanência de um modelo econômico dependente de cadeias intensivas em carbono, o que dificulta o avanço em direção a uma transição justa e sustentável.

Devido à natureza dos gastos em nível estadual, a principal categoria identificada nessa variável foi a de investimentos em **infraestrutura rodoviária destinada ao transporte individual**, uma vez que os investimentos em combustíveis fósseis e mineração se concentram principalmente no âmbito federal — por meio de empresas públicas como a Petrobras — ou no setor privado.

Mato Grosso apresentou a maior proporção de despesas intensivas em carbono, com **8,5%** do orçamento, seguido por **Mato Grosso do Sul (6,9%)** e **Piauí (6,4%)**. O **Amazonas** registrou a menor proporção, com **0,4%** dos gastos classificados como intensivos em carbono.

Gráfico 5 – Ranking de orçamentos intensivos em carbono (% do total)



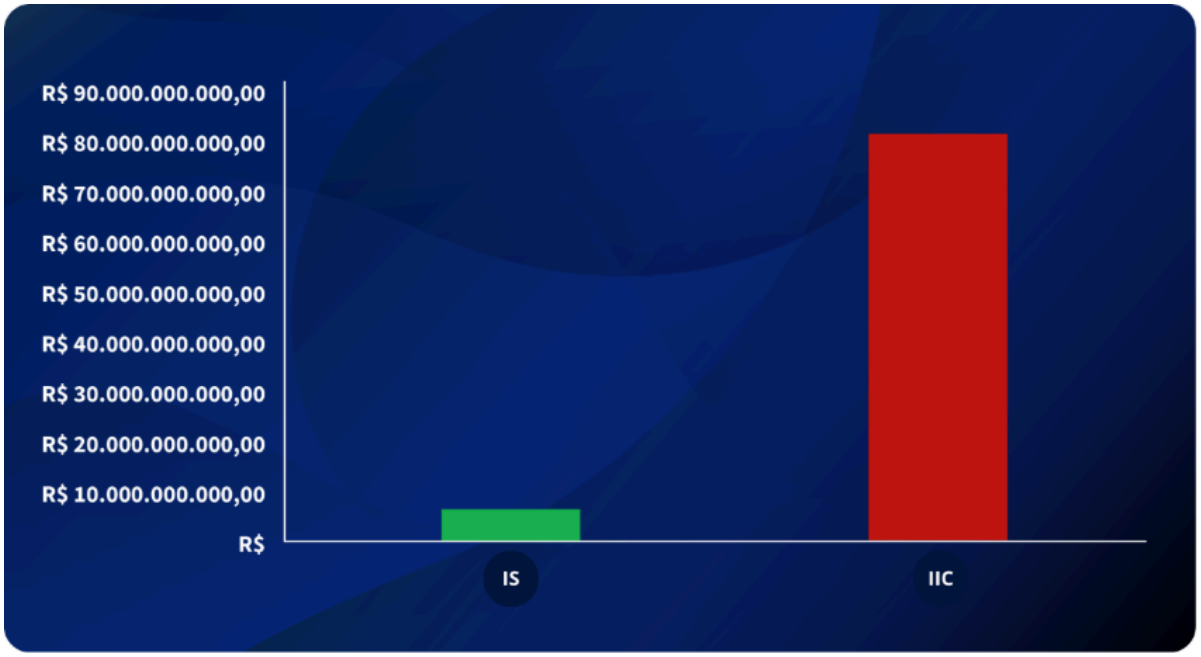
Fonte: elaboração própria com base em dados do SICONFI, correspondentes ao ano de 2024.

Receitas Sustentáveis versus Receitas Intensivas em Carbono

A análise dos dados referentes ao ano de 2024 mostra que a estrutura fiscal de alguns estados brasileiros continua dependente de atividades intensivas em carbono. No total, as receitas sustentáveis somaram aproximadamente **R$ 6,2 bilhões**, enquanto as receitas provenientes de atividades intensivas em carbono atingiram **R$ 82,5 bilhões**, um valor **13 vezes superior**.

Esse resultado evidencia a **dependência estrutural das finanças estaduais em relação a atividades emissoras de gases de efeito estufa**, como petróleo e transporte individual motorizado, e reforça a urgência de ampliar os mecanismos de arrecadação que incentivem práticas sustentáveis.

Gráfico 6 – Receitas sustentáveis versus receitas intensivas em carbono



Fonte: elaboração própria com base em dados do SICONFI, correspondentes ao ano de 2024.

Orçamentos sustentáveis versus orçamentos intensivos em carbono

A análise das despesas estaduais em 2024 mostrou que os estados destinaram **1,5 vez** mais recursos a setores intensivos em carbono do que a atividades sustentáveis — **R$ 32,6 bilhões** contra **R$ 21,1 bilhões**.

Esse resultado indica que **a estrutura orçamentária ainda favorece os setores de alto carbono,** reforçando um modelo econômico que retarda o avanço rumo à transição para uma economia de baixo carbono.

Gráfico 7 – Orçamentos sustentáveis versus orçamentos intensivos em carbono

Fonte: elaboração própria com base em dados do SICONFI, correspondentes ao ano de 2024.

Os resultados do IFSS Brasil 2025 evidenciam que a estrutura de arrecadação e as prioridades orçamentárias dos estados ainda precisam evoluir para se alinharem efetivamente às metas climáticas globais e nacionais.

Por se tratar da primeira aplicação do índice em nível estadual, as pesquisas dos próximos anos serão fundamentais para avaliar o ritmo de incorporação da sustentabilidade nas políticas fiscais e identificar os avanços na diversificação das receitas públicas.

A partir dessa comparação, será possível compreender se os estados estão reduzindo sua dependência de fontes intensivas em carbono e avançando em direção a um modelo orçamentário que priorize atividades de baixo impacto ambiental, em vez de perpetuar a estrutura que ainda sustenta a crise climática.

Contato para a mídia:

Federika Logwinczuk, Associada em Comunicação Institucional, GFLAC - flogwinczuk@gflac.org